

**PARECER Nº 76/2022**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 24/2022**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**RELATOR VEREADOR GILMAR VENDEDOR**

### **RELATÓRIO**

De autoria do Prefeito, o Projeto de Lei nº 24/2022, que objetiva obter autorização legislativa para dar imóveis de propriedade do Município em pagamento pela desapropriação de imóveis declarados de utilidade pública pelo Decreto nº 1.551, de 2 de abril de 2013, foi aprovado na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 227 do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Consta na ementa e no art. 1º do projeto que a desapropriação ocorreu em virtude da declaração de utilidade pública do imóvel. No entanto, conforme se observa no Decreto nº 1.551, de 2 de abril de 2013, o imóvel foi declarado de interesse social, o que motivou a sua desapropriação. Nesse sentido, fizemos as devidas correções no texto do projeto.

Ainda no art. 1º, as alíneas foram substituídas por incisos, tendo em vista que os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou incisos, conforme previsto no inciso II do art. 10 da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Por fim, no art. 3º, foi suprimida a expressão “revogadas as disposições em contrário”, por se tratar de cláusula de revogação genérica, isto é, não especifica quais normas estão sendo revogadas. Isso contraria o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998, segundo o qual “*a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*”.

Sem mais, passa-se à conclusão.

## **CONCLUSÃO**

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a redação final a seguir redigida, que está de acordo com o aprovado.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2022.

Vereador GILMAR VENDEDOR

Relator

## **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 24/2022**

Autoriza o Município de Arinos a dar imóveis de sua propriedade em pagamento pela desapropriação do imóvel declarado de interesse social pelo Decreto nº 1.551, de 02 de abril de 2013, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a dar em pagamento pela desapropriação do imóvel declarado de interesse social, para fins de desapropriação, pelo Decreto nº 1.551, de 02 de abril de 2013, os lotes descritos abaixo:

I - Quadra 10, lotes 01, 02 e 03, localizados pela frente na Rua Um; lotes 04, 05, 06, 07 e 08, pela frente na Rua Francisco Sales; lotes 09, 10, 11 e 12, pela frente na Rua Clarimundo Ramalho, Bairro Crispim Santana;

II - Quadra 09, lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06, localizados pela frente na Rua Clarimundo Ramalho; lotes 07, 08, 09, 10, 11, e 12, pela frente na Rua Manoel Preto, Bairro Crispim Santana;

III - Quadra 06, lotes 01, 02, 03, 04, 05, e 06, localizados pela frente na Rua Joaquim Martins Neto; lotes 07, 08, 09, 10, 11 e 12, pela frente na Rua Saturnino Guedes, Bairro Crispim Santana;

IV - Quadra 05, lote 01, localizado pela frente na Rua Joaquim Martins Neto; lote 07, pela frente Rua Saturnino Guedes, Bairro Crispim Santana; e

V - Quadra 01, lote 01 localizado pela frente na Rua Francisco Sales; lote 11, pela frente na Rua Bernardino Fonseca, Bairro Crispim Santana.

**Parágrafo único.** A dação em pagamento autorizada pelo *caput* deste artigo ocorrerá em substituição à indenização expropriatória, independentemente da exata equivalência entre os valores dos imóveis envolvidos.

**Art. 2º** Integram esta Lei, independentemente de transcrição, os croquis, os memoriais descritivos e as avaliações dos lotes, assim como das áreas desapropriadas.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2022.

Vereador GILMAR VENDEDOR

Relator